

## POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE JOVENS E ADULTOS: DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO E TRABALHO DOCENTE

**SIMONE GONÇALVES DA SILVA<sup>1</sup>; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [simonegonsilva@yahoo.com.br](mailto:simonegonsilva@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Feral de Pelotas - [alvaro.hypolito@gmail.com](mailto:alvaro.hypolito@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar os efeitos do processo de certificação a partir do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - no contexto escolar do Ensino Médio na EJA, especificamente, no currículo e no trabalho docente.

Parte-se do pressuposto que o atual modelo capitalista em conjunto com suas novas orientações econômicas e mercadológicas influencia o processo educativo na formação do trabalhador e na exigência de maior escolaridade. Essas mudanças ocorridas na sociedade, a partir da globalização, da expansão do capital e do avanço da tecnologia reestruturaram a organização produtiva e apontam para novas formas de produção, com inovações tecnológicas e com menor custo e maior produtividade. Nessa mesma lógica, novas exigências para o sistema educativo implicam em mudanças no processo de escolarização, fundamentadas nas novas formulações ideológicas de empregabilidade e empreendedorismo. Essa nova organização educativa igualmente ancorada em novas práticas pedagógicas, subsidiadas por determinadas políticas avaliativas e curriculares alteram as relações no trabalho docente e na reestruturação do currículo.

Para tanto, a discussão tem como fundamentação teórica os estudos de BALL (2001; 2002) ao subsidiar discussões sobre o modelo gerencialista capitalista; de APPLE (1987), de HYPOLITO (2011) e de HYPOLITO e VIEIRA (2002) quanto ao currículo e ao trabalho docente, e de DI PIERRO (2001; 2010) para a educação de jovens e adultos.

### 2. METODOLOGIA

Os percursos metodológicos que sustentam a investigação definem-se como abordagem de natureza qualitativa, que na pesquisa em educação possui grande relevância. Conforme Minayo (2008), a pesquisa qualitativa problematiza a realidade social para posteriores investimentos investigativos, entende-se que o universo de relações e significações não pode ser quantificado. Quanto à tipologia caracteriza-se como teórico-bibliográfica, diante da possibilidade desse corpus de referência abranger um olhar sobre as principais discussões e reflexões das pesquisas em políticas de Educação de Jovens e Adultos nos últimos tempos. É uma contribuição para a discussão teórica sobre as produções atuais no campo de estudo e para o processo de construção do conhecimento crítico e científico.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos anos 1980 o Brasil vem sendo caracterizado pela redefinição do papel do Estado e por reformas educacionais significativas relacionadas com os processos de redemocratização do país, sob ajustes econômicos de orientação pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, pelo Banco Mundial e pelo Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Esse novo paradigma é denominado de capitalismo neoliberal, uma estratégia de administração pública gerencial das políticas, que possuem como premissa a redução do papel do Estado e a introdução do gerencialismo, caracterizado pela descentralização da gestão e dos custos, focalização de programas, pela privatização de serviços, pelas parcerias público-privado, pelo quase-mercado, pela responsabilização, pela avaliação, pela flexibilização, dentre outros, e presente nas atuais políticas (DI PIERRO, 2001; HYPOLITO, 2011).

Nesse cenário, percebe-se muitos investimentos na Educação de Jovens e Adultos, como a instituição das avaliações nacionais unificadas para EJA, que também funcionam como mecanismo de certificação. A avaliação nacional problematizada neste estudo foi estabelecida através da Portaria Ministerial nº 109, de 27 de maio de 2009 orientando que a certificação do Ensino Médio passa a ser garantida pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, deixando de ser de responsabilidade do Exame Nacional de Certificações e Competências e Habilidades de Jovens e Adultos - ENCCEJA, esse certificando somente o Ensino Fundamental. É uma política de oferta rápida da certificação do ensino fundamental e médio a jovens e adultos que almejavam a avaliação e a comprovação conclusão dos níveis de ensino da Educação Básica. O ENCCEJA foi instituído em 2002, ficando a encargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, mediante adesão e convênio com as secretarias municipais e estaduais de educação, como estratégia de avaliação e instrumento de certificação.

Conforme Di Pierro (2010), as certificações constituem um campo de discussão das políticas de educação de jovens e adultos de muita divergência. Essa reestruturação dos exames fez com que muitos gestores e pesquisadores tivessem certa resistência ao ENCCEJA, pelo fato de promover a centralização curricular que reforça hierarquias existentes entre as regiões, “apagando” a diversidade cultural e linguística do país. A autora mostra que os defensores do ENCCEJA argumentam que essa padronização curricular permite mais qualidade à EJA. Diferentemente das questões levantadas sobre currículo, esta reforma na EJA, a partir dos anos 90, de redução da idade mínima e de avaliação nacional, parece possuir um mesmo caráter de flexibilidade do sistema e possibilitar que um maior número de jovens e adultos obtenha certificado da educação básica. Essa é uma estratégia que caracteriza as políticas educacionais regulatórias, em que o Estado controla a formação dos sujeitos por intermédio de conteúdos avaliados, e descentraliza seu papel, por não precisar organizar e financiar os serviços escolares e os processos educativos.

Essa política configura-se como um modelo gerencialista vivenciado pelas políticas neoliberais de reestruturação educacional, que estabelece novas relações com os sistemas educativos e com o currículo, impondo uma nova discussão sobre os efeitos significativos que exercem no processo do trabalho docente e no currículo. Como apontam Hypolito e Vieira (2002), os processos de avaliação externa e de currículo nacional, ao promoverem uma padronização do que deve ser ensinado e de qual deve ser a orientação de educação mais adequada à toda sociedade, fazem com que a relação das políticas de formação docente e a formação docente estejam em consonância com a avaliação do sistema e com o currículo nacional.

Segundo Ball (2002, p.5) “as tecnologias políticas da reforma da educação não são simplesmente veículos para a mudança técnica e estrutural das organizações, mas também mecanismos para ‘reformatar’ professores e para mudar o que significa ser professor”. O desenvolvimento desse modelo gerencial faz parte de

um pacote de reformas, definido por Ball (2001) como tecnologias de políticas que se articula a três noções: mercado, gestão e performatividade.

Em relação ao mercado, transformar o ambiente em produto atrativo, que precisa ser consumido como uma mercadoria, potencializando a competição a partir dos melhores resultados. A segunda, a gestão, é a introdução das capacidades de gerir incumbindo nos colaboradores, na educação são os professores e alunos, o discurso dos padrões de excelência. Quanto à performatividade, concebe a educação na lógica de produção como uma fábrica, o importante é o desempenho exposto a julgamentos e exposições da produtividade com qualidade e eficiência, a partir da *accountability*, que são transferências de responsabilidades, de avaliação e de prestação de contas (BALL, 2001).

Essas tecnologias de reforma têm sustentado as políticas educacionais, neste caso de estudo, pode-se fazer menção aos exames certificadores destinados a EJA, em que se percebe a intervenção na orientação das práticas dos professores e na organização escolar. Essas imposições externas alteram a constituição das identidades docentes, ao ser exigido um determinado tipo de profissional que segue as orientações das políticas curriculares na formação do alunado de acordo com as metas e os objetivos de ensino e de aprendizagem. A sustentabilidade das políticas educacionais, no que se refere à orientação de um currículo unificado e “legítimo”, por meio de testes, exames e avaliações demonstram o quanto o Estado intervém na manutenção do sistema capitalista (APPLE, 1987).

Parece que na essência essa política tende a homogeneizar e a padronizar a sociedade. Com base em discursos de participação dos sujeitos, atrelados ao desempenho, às metas e aos objetivos. Assim, fica fortalecido o discurso de que o esforço e a dedicação podem levar ao êxito do ensino e, conseqüentemente, à conquista da qualidade da educação (BALL, 2001).

A problemática da certificação também implica na desqualificação do papel do professorado em educação de jovens e adultos. Para os professores pode haver uma redução do seu conhecimento, já que encontramos os saberes dos professores e a importância destes para a formação dos alunos sob interferências dos modos de produção e por políticas regulatórias do estado, resultando numa proletarização, numa perda de controle sobre seu trabalho (APPLE, 1987). Esta condição traz uma sensação de perda da autonomia dos saberes e dos fazeres pedagógicos ao reorientar a organização curricular.

Indaga-se também sobre como os professores passaram a entender o seu fazer cotidiano, na formação dos estudantes do Ensino Médio com relação à existência de um exame que se compromete em certificar competências em uma única prática avaliativa enquanto eles passam três anos trabalhando, investindo em práticas pedagógicas, em metodologias diversificadas e múltiplas avaliações.

Diante disso, as problematizações demonstram que as políticas de avaliação suscitam uma cultura de desempenho, em que a aquisição do certificado determina o sucesso ou o fracasso dos sujeitos. Tendo a obtenção do diploma como uma posição no mercado de trabalho, de melhores condições de trabalho, de novos e promissores cargos que se contrapõe a uma formação integral que articulem os conhecimentos prévios para transformar informação em conhecimento construído cientificamente, na linha do pensamento crítico.

#### 4. CONCLUSÕES

Com base nos estudos realizados, observa-se que a proposta de certificação através do ENEM reitera o caráter compensatório e aligeirado do processo de

ensino e aprendizagem nessa modalidade educativa e alteram aspectos relacionados ao trabalho docente e o currículo. Tais questões são oriundas do processo de produção e de utilidade capitalista nas relações e ações, no qual o referido processo do trabalho educacional vem sendo constituído como uma nova estratégia de acumulação do capital.

Por fim, a reconfiguração do papel do processo educativo na formação do trabalhador ainda é um espaço de luta hegemônica do capital, no qual muitos trabalhadores ficam excluídos do sistema. O direito à educação é de todos, mas vem se configurando como privilégio de poucos em detrimento de uma visão econômica e instrumental como proposta de democratização da educação pública.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva São Paulo, n. 60, p. 3 -14.1987.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteira**, v.1, n.2, p.99-116. 2001.

\_\_\_\_\_. Reformar escolas, reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v.15, n.2, p.03-23. 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Portaria Ministerial nº 109, de 27 de maio de 2009. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

DI PIERRO, Maria. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, p. 321-338, 2001.

\_\_\_\_\_. Balanço e desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOARES, L. et al. (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**: educação de jovens e adultos. Anais do XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: Autêntica. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 27-43.

HYPOLITO, Álvaro. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: teoria e prática**. v. 21, p. 1-18, 2011.

HYPOLITO, Álvaro; VIEIRA, Jarbas. Reestruturação educativa e trabalho docente: Autonomia, contestação e controle. In. HYPOLITO, Álvaro; GARCIA, Maria Manuela; VIEIRA, Jarbas (Orgs.). **Trabalho docente**: Formação e identidades. Pelotas: Seiva Publicações. 2002. p. 271-283.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.